



**Nuno
Severiano
Teixeira**

OPINIÃO

Terror em Moçambique

O que se passa em Cabo Delgado é uma questão de segurança regional que exige intervenção internacional. Portugal pode e deve desempenhar um papel importante. Temos todos essa obrigação.

18 de Novembro de 2020, 0:15

CONTEÚDO EXCLUSIVO

O terror tomou conta do norte de Moçambique. Há três anos que um grupo *jihadista* ataca, destrói, viola e mata na província de Cabo Delgado. Tudo começou em 2017, com ataques limitados e selectivos. Os primeiros alvos foram as esquadras de polícia e as forças de segurança. Evoluíram, depois, para ataques indiscriminados e em larga escala. Os alvos passaram, então, a ser as populações indefesas. De então para cá, os insurgentes perpetraram mais de 600 ataques que provocaram entre mil a dois mil mortos e 300 a 400 mil deslocados. Alvejaram forças militares, destruíram infra-estruturas governamentais e capturaram armamento ao Exército moçambicano, com que reforçaram o seu arsenal de guerra. Num ataque, em Abril passado, decapitaram 53 pessoas, deixando um rasto cruel de barbaridade e a marca indelével do chamado Estado Islâmico. Recentemente, tomaram o porto de Mocímboa da Praia.

Ahlu Sunnah Wal Jammah, assim se chamam, começaram como uma seita religiosa radical que se transformou num grupo terrorista. Os seus objectivos são agora claros: primeiro, controlar um território, onde recusam a lei moçambicana

e querem instaurar a *sharia*, que sirva de base logística às suas actividades criminosas; segundo, controlar um porto estratégico que sirva como base operacional para bloquear o acesso às forças governamentais e garantir o apoio a todo o tipo de tráficos que praticam. Uma coisa é certa: o aumento da capacidade operacional dos terroristas parece inversamente proporcional ao das forças governamentais para controlar a ameaça. Não menos certa é a gravidade da crise humanitária.



Porquê esta tragédia? Por três razões. Primeiro, a expansão das redes de terrorismo islamista em África. Depois do Boko Haram na Nigéria e do Al Shabaab na Somália, o flagelo chega, agora, a Moçambique. Segundo, a fragilidade económica e social da região e a contradição gritante entre a riqueza dos recursos naturais e a pobreza das populações. O desemprego e as desigualdades são crescentes e a descoberta de jazidas de petróleo, gás natural e pedras preciosas e as concessões às petrolíferas multinacionais (Total ou Exxon Mobil) não só não resolveram o problema como o agravaram. Houve expropriações de terras, as concessionárias trouxeram mão-de-obra de fora e as populações locais foram marginalizadas dos benefícios do investimento estrangeiro. Desempregados, muitos jovens vêem-se impossibilitados de

pagar um dote e, deste modo, impedidos de casar e formar família, o que, na cultura local, é fundamental para serem considerados adultos. Marginalizados, são presa fácil do recrutamento jihadista. Terceiro, a incapacidade do Estado para controlar o seu território e proteger as suas populações. O Governo moçambicano começou por desvalorizar a insurgência: não era uma ameaça séria. Quando se tornou claro que era, enviou tropas e investiu nas suas capacidades militares. Recorreu, depois, a empresas de segurança privada (Dick Advisory Group, sul-africano, e Wagner Group, russo), procurando não internacionalizar a questão. Nada disso resolveu o problema.



É claro, hoje, que se trata de uma questão de segurança regional que exige intervenção internacional. E que a gestão da crise precisa de uma solução global e de longo prazo que combine segurança e desenvolvimento. Exige, no plano da segurança, uma operação militar que derrote os terroristas e reponha o controle do território e a protecção das populações. Que deve ser seguida de formação às forças armadas e de segurança moçambicanas. Exige, no plano não-militar, um plano de desenvolvimento que envolva todas as partes interessadas na comunidade local: governo, autoridades locais, confissões religiosas e empresas multinacionais a operar no terreno. Será preciso um plano de

amnistia aos jovens que pegaram em armas e queiram regressar à sociedade. Será necessária reabilitação e formação. Serão necessárias oportunidades de emprego.

O Estado tem a obrigação de proteger os cidadãos como as multinacionais têm a responsabilidade social de contribuir para o desenvolvimento dos territórios de que beneficiam. Moçambique deu recentemente sinais positivos. Com a criação de uma agência para o desenvolvimento no plano interno e a abertura internacional à SADC e à UE no plano internacional. Mas é urgente que o Governo moçambicano torne clara essa vontade política. Como é urgente que a comunidade internacional responda rápida e efectivamente. Portugal pode e deve desempenhar um papel importante. Temos todos essa obrigação.

Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa; director do Instituto Português de Relações Internacionais

SUBSCREVA A NOSSA NEWSLETTER PÚBLICO HOJE

TODOS OS DIAS

As principais notícias, a melhor opinião e sugestões de boa-vida.

Subscrever

- Tomei conhecimento que as newsletter editoriais poderão conter publicidade. OBRIGATÓRIO